



Evento	Salão UFRGS 2022: SIC - XXXIV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2022
Local	Campus Centro - UFRGS
Título	Entre a cidade de direito e o direito à cidade: os 20 anos do estatuto da cidade e as lutas urbanas
Autor	IGOR NICOLINI
Orientador	CLARICE MISOCZKY DE OLIVEIRA

RESUMO DE ATIVIDADES BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - BIC UFRGS 2021-2022

IDENTIFICAÇÃO

Título do Projeto: ENTRE A CIDADE DE DIREITO E O DIREITO À CIDADE: os 20 anos do estatuto da cidade e as lutas urbanas

Nome do Bolsista: Igor Nicolini

Vigência da Bolsa: 01/09/2021 - 31/08/2022

Orientadora: Clarice Misoczky de Oliveira

Co-orientadora: Luciana Inês Gomes Miron

Instituto: Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão *Cidade em Projeto* (CPLAB) do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR-UFRGS)

RESUMO

O Direito à Cidade é um direito regulamentado pelo Estatuto da Cidade (2001). Tal direito pode ser compreendido de maneira dialética. De um lado a figura de direito, de outro, a formulada por Henri Lefebvre, sendo: o poder de transformar o espaço urbano através da apropriação pelo uso. O objetivo desta pesquisa é **consolidar o conhecimento das diferentes expressões e compreensões do direito à cidade no Brasil**. No primeiro estágio, a equipe se debruçou sob o objetivo específico de identificar possíveis interpretações no campo teórico para o conceito de direito à cidade no Brasil.

A investigação é realizada a partir do método de Revisão Sistemática de Literatura (RSL). A base de dados selecionada se deu a partir dos anais dos dois principais eventos acadêmicos do campo da arquitetura e urbanismo no Brasil: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ) e Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR). Foram selecionados os anais a partir de 2001, ano de aprovação do Estatuto da Cidade. O termo “direito à cidade” foi operado nas buscas. Dependendo do formato dos anais, a busca se deu de forma manual ou por ferramentas digitais.

Dos resultados obtidos até o momento, identificou-se 214 artigos que abordam o tema do direito à cidade, divididos em 3 categorias: (i) banalização do termo DAC; (ii) direito à cidade como figura jurídica do Estado Democrático de Direito; e (iii) direito à cidade vinculado à lutas urbanas e a concepção lefebvriana. Foram identificadas, também, as principais temáticas associadas ao termo, sendo: cidade mercadoria, raça e gênero, moradia digna, planejamento e gestão urbana e práticas insurgentes. Do total de artigos identificados, foram destacados 31 artigos para análise qualitativa da apropriação do conceito/termo “direito à cidade” no Brasil.